

Custo da queima é considerado alto

■ O gerente de Projetos do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente insiste em que “o preço (de uma usina incineradora de lixo) é alto, mesmo para volume pequeno (de queima). É preciso saber se a sociedade está disposta a pagar muito mais (do que custam os atuais serviços)”. E, antes de se definir o meio para eliminação de resíduos, há necessidade de analisar futuros volumes de coleta, conforme Marcos Bandini.

“Ocorrem questões econômicas, como a sazonalidade na produção de resíduos; a

baixíssima reciclagem de materiais; a possibilidade de compostagem (decomposição acelerada) de resíduos orgânicos; e estudos da situação de hoje e do cenário para os próximos dez, 15, 20 anos. É absolutamente estranho começar a tomar uma decisão do ponto de vista tecnológico”, considera.

De acordo com Bandini, não só a introdução de usinas de tratamento térmico é “cara”. Sua manutenção também, mesmo que o gás proveniente da incineração sirva à produção de energia elétrica.

Dois exemplos citados pelo gerente estão na Itália e em Portugal. Governos pagam mais pela geração de eletricidade oriunda da queima de resíduos do que por métodos tradicionais, como a força da água. Como salienta Bandini, “trata-se de um subsídio que a Europa tem dificuldade em manter. A implantação e a manutenção de usinas são inviáveis”.

LIXO REGIONALIZADO

Marcos Bandini salienta que o Ministério do Meio Ambiente mantém convênios com 18 estados, nos quais se apoia a forma-

ção de consórcios públicos para “ganhar escala, reduzir custos e melhorar a qualidade desse serviço (de coleta de lixo)”.

Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo, onde se cogita instalar usinas para queima de resíduos, atuam conjuntamente com o ministério. São Paulo não. “Para nós, é muito interessante que haja uma discussão regionalizada. É louvável que isso seja feito na Baixada. Mas não podemos ficar presos apenas à questão tecnológica de destinação e tratamento: também, ao planejamento”.

Aterro de Santos dura mais 12 anos

■ Mantidos os atuais volumes de disposição final de lixo, o aterro sanitário do Sítio das Neves, na Área Continental de Santos, terá mais 12 anos de vida útil. O local recebe resíduos de sete cidades da região, à exceção de Bertioga e São Vicente.

Formalmente chamado Centro de Gerenciamento de Resíduos Terrestre Ambiental, o aterro opera por etapas de funcionamento. A atual se esgotará em dois anos. Há espaço para mais duas, com vigência de cinco anos cada.

A primeira dessas duas fases deverá obter licença da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) neste ano. A autorização para a segunda



No local são depositados resíduos de sete cidades, além de Santos

etapa será solicitada assim que a primeira estiver próxima do esgotamento da capacidade.

Em visita a *A Tribuna* na última segunda-feira, o gerente comercial da Terrestre, Ademar Sal-

gosa Júnior, explicou que o espaço do aterro é limitado pelo fato de estar em meio a uma área de preservação ambiental: quando a *montanha* de lixo atingir 50 metros, o espaço terá de ser desativado e ficará sob monitoramento por mais uma década.

Outro problema citado por Salgosa está na conhecida dificuldade em se encontrarem terrenos com dimensões adequadas para a abertura de um novo depósito.

“Em Caieiras (cidade da Região Metropolitana de São Paulo), há um vale enorme, com capacidade para mais 30 anos. E não temos saída definitiva para a destinação final de resíduos”, pondera o gerente.

(02) - JORNAL ATRIBUNA DE SANTOS - 08/01/2010

Para ler a parte 01 da reportagem acesse:

http://www.acpo.org.br/INCINERACAO/06_DIVERSOS/100108_01.pdf

Fonte: Jornal A Tribuna de Santos
Edição de 08/01/2010